

O ENSINO NORMAL NO CEARÁ NO GOVERNO JUSTINIANO DE SERPA (1922-1924)

*Jane Maria Fernandes de Almeida*¹
*Hermano Machado Ferreira Lima (Orientador)*²

RESUMO

Este ensaio busca refletir sobre as práticas políticas do Governo de Justiniano de Serpa (1920-1923) para a educação primária e o ensino normal no Ceará, mediante discursos relativos à criação de escolas e à organização prático-pedagógica; e a forma como é organizada a Reforma da Instrução Pública, por meio da promulgação de leis, decretos e regulamentos, essenciais para um estudo aprofundado da educação cearense que se projetava dentro das políticas de reformas em todo o País nas décadas de 1920 a 1940. Indaga que pontos positivos realmente se mostraram dentro da realidade cearense na década de 1920 e seus desdobramentos no âmbito das leis para a Educação até a década de 1940. Analisa a Reforma, do ponto de vista político e ideológico, que correspondia às necessidades de redefinição da função social da escola, situando-a a serviço da nova ordem industrial, científica e tecnológica, apresentada como redenção para um povo que sofria com o atraso na economia e nas relações políticas. Sabendo que o momento político do período de Serpa já mostrava certo desenvolvimento econômico e pacificação política, é que se compreende como as leis, regulamentos e reformas educacionais irão atingir de forma marcante o interesse da população por mudanças no ensino.

Palavras-chaves: Instrução Pública, Legislação, Política.

¹ *Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pelo Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS), da Universidade Estadual do Ceará – UECE.*

² *Professor Doutor do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS), da Universidade Estadual do Ceará – UECE.*

ABSTRACTS

This essay reflects on the subject of the practices politics from the government as of Justiniano de Serpa (1920-1923) for the education primary and the teaching normal at the Ceará, median discourses relative for the creation as of schools and at the collation practical-educational; and the figure as is organised the Reform from the Instructing Public, for half a from the promulgation as of legislations, decrees and bylaws, basic for a study deepened from the education cearense that if project within doors of the politics as of reforms across the country at the decades of 1920 the one 1940. Query than it is to dots affirmative quite in case that they showed within doors from the actuality cearense at the decade of 1920 and your deployment at the ambit of the legislations for the Education as far the decade of 1940. Analyses the Reform from the point of view politica and ideological, than it is to corresponds to the necessities as of reassigning from the social role from the escola, situating the one the one service from the nova command industrial, scientific and technological, presented s redemption for a povo than it is to suffers with the delay at the economics and the acquaintanceship politic. By knowing than it is to the moment politic of the period of snake already he showed certain breeding econômico and pacification politic, is that if it comprises like the legislations, bylaws and reforms educational they will be going amount to as of he forms striking the interest from the population by changes at the I school.

Keywords: Instructing Public, Legislations, Politic.

1. INTRODUÇÃO

É interessante verificarmos a importância do Ensino Normal em nosso Estado, o Ceará, por meio de políticas governamentais que buscam a erradicação do analfabetismo e a oferta do ensino.

No começo do século XX, cresceu a preocupação de agir a favor de um ensino laico e de qualidade, com a idéia de abertura escolar para todas as camadas sociais. E em especial, na década de 1920, ocorre uma ação efetiva dos governos de vários estados, incluindo o Ceará, em adaptar suas escolas e o aparelho de ensino às novas exigências de um país em crescimento, que se industrializava. A própria idéia de qualificação de um povo pelo ensino corresponde ao próprio conceito de “moderno”, criando mecanismos de entrada para o crescimento da urbanização nas cidades. O conceito de moderno está na condição de ser urbano, letrado, e, principalmente, voltado para os novos conceitos de ensino, baseados na Escola Nova, em voga no período.

No que se refere ao Estado do Ceará, faz-se necessária a análise dos discursos e políticas geridas por parte do governo Justiniano de Serpa para a melhoria e oferta do Ensino Normal, através do aperfeiçoamento dos profissionais da Educação, focando a superação das idéias de atraso e de alto índice de analfabetismo, que caracterizavam de forma negativa o

Estado.

No campo educacional, seu governo foi caracterizado pela Reforma da Instrução Pública (Lei nº. 1.953, de 2 de agosto de 1922), que marca uma ação mais efetiva no intuito de melhorar o ensino no Ceará, re-aparelhando as escolas, criando outras e formando uma instituição de referência do ensino – “A Escola Normal” - adquirindo novos equipamentos escolares e aperfeiçoando o professorado cearense, o que elevaria o nível docente.

As mudanças na estrutura econômica e social ocorreram na esteira dessa urbanização da sociedade brasileira, iniciada na década de 1920, levando a uma conscientização de setores sociais ligados à Educação.

Ansiosos por uma melhoria estrutural nas bases da educação no Brasil, principalmente em regiões mais atrasadas, como o Nordeste, esses setores iniciaram campanhas para a reformulação do ensino, tanto referente às condições físicas (número de escolas, condições de funcionamento etc.), como também na formação dos educadores.

Nessa perspectiva as ações governamentais da década de 1920 vão propor a expansão do ensino e o seu crescimento qualitativo, tornando-se espelho de uma nova cultura intelectual que surgia.

Segundo Nogueira (2001), o governo Justiniano de Serpa promoveu sua gestão por meio da propaganda política

pelos jornais situacionistas, de um investimento na reforma da instrução primária e do ensino normal. E a presença do educador Lourenço Filho, educador paulista, foi essencial para organizar a estrutura administrativa do sistema de ensino cearense, com a criação da estrutura física das escolas e a reforma da Escola Normal, ícone da política educacional de Serpa.

Na administração de Serpa as leis pertinentes à educação, com seus decretos, aumentaram o intervencionismo do governo nos diversos segmentos sociais, por conta de uma proposta de progresso e socialização da sociedade cearense.

Essa idéia de progresso pode ser verificada no interesse em construir prédios escolares: *a edificação de casas para escolas deve valer o que, noutras épocas, já valeu a construção de templos.* (CASTELO, 1970, p. 320).

As construções e reformas das escolas foram temas da Reforma da Instrução Pública de 1922, como preceito importante para aplicação de propostas pedagógicas renovadas. As inaugurações eram comentadas na imprensa local com entusiasmo, sempre com a presença de autoridades políticas, professores e normalistas. Essas inaugurações promoviam palestras, discursos, exposição de trabalhos e encontros políticos, o que projetava para a sociedade local a figura política de Justiniano de Serpa como inovadora.

Destaque seja dado para a Escola Normal Pedro II (atual Instituto de

Educação do Ceará), e grupos escolares da Capital, que chamavam atenção pela arquitetura e funcionalidade da escola moderna. Em 1922 lançam-se o novo edifício da Escola Normal e a instalação de grupos escolares e escolas reunidas nas principais cidades e vilas do Estado.

As inaugurações, contudo, também vieram acrescidas de reivindicações a favor da melhoria física dos espaços escolares e por materiais pedagógicos. Essa exigência se fazia por conta das críticas sobre as condições de funcionamento da maioria das escolas do Ceará, mesmo as chamadas escolas de referência, o que nos dá conta de um crescimento quantitativo das escolas, não significando ainda, a melhoria na qualidade do ensino.

Mesmo com as reformas das escolas sendo destacadas pelos comentários dos jornais cearenses, ficou nítido o empenho maior com a construção da Escola Normal, como referência do ensino, pois responderia a uma necessidade de criação de uma escola-modelo, equiparada aos moldes nacionais de ensino. Seu prédio foi projetado para se adequar aos rigorosos conceitos da pedagogia moderna. As suas condições físicas se diferenciavam das outras escolas, com um aspecto grandioso; e o investimento do Estado era mais considerável, tanto que rendeu críticas da imprensa na época.

Verificamos que a Escola Normal foi referência de uma política educacional que visava a ampliar o ensino, com base nos

ideais de educação pública, universal e gratuita. Esses ideais de educação eram voltados para as necessidades da industrialização, da modernidade, dos interesses da burguesia e da produção capitalista.

A proposta de reforma vem para garantir maior oferta de ensino, com garantias de qualidade, tanto na estrutura física, como na organização do ensino. E essa proposta vem acrescida pela presença do educador paulista Manuel Bergström Lourenço Filho, que se torna o grande diferencial da Reforma da Instrução Pública do Estado, por ser considerado um intelectual capacitado e por ter domínio dos princípios e métodos da Escola Nova.

Seu pensamento aliou-se à forma de pensar e trabalhar a Educação no Ceará, pelos intelectuais locais, que, empenhados na construção da Escola Normal, já demonstravam idéias reformistas. É interessante percebermos como a aceitação de Lourenço Filho se deu de forma tão efetiva no seio da sociedade local e como sua figura de educador ganha destaque como o grande motor da política educacional dos anos 1920 no Estado.

A política de reforma do Governo proporcionou uma qualificação técnica, organizacional e também legal em termos da lei que foi se desdobrando até o final da década de 1940, possibilitando uma ação mais eficaz na organização da estrutura do ensino, tanto em termos físicos, como no corpo docente, contando com o preparo

intelectual de nossos educadores.

A Educação, sob a óptica política, era a principal maneira de se chegar ao progresso do País. Os métodos de ensino eram encarados como caminho a se alcançar os objetivos desejados. As reflexões ocorrem a partir dos aspectos técnicos do ensino: as leis que o instituiu, a organização do ensino, os direitos e deveres estabelecidos e a posição dos professores como profissionais qualificados e preparados para instrumentalizar as novas formas de ensino.

Este artigo discute as políticas para o Ensino Normal no Ceará, implantadas na década de 1920, principalmente em Fortaleza, com a construção do prédio da Escola Normal, que irá redirecionar o ensino no Estado.

2. A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL

Dentro das condições da sociedade brasileira e com a própria necessidade de instrumentalizar indivíduos como sujeitos responsáveis pelo progresso, crescem a visão de políticos e intelectuais também de que reforma do ensino deveria abranger a escola primária, de forma que houvesse condições de ampliação da formação técnico-pedagógica, dando condições de formar novos técnicos educacionais. Daí a importância e o crescimento das escolas normais, instituições escolares que mais irão sentir as influências das reformas educacionais no País.

O “entusiasmo pela educação”, contudo, evidencia o processo de mudanças políticas, econômicas e sociais que vê na escolarização, na luta contra o analfabetismo, o caminho para uma decisiva transformação social. Ergue-se a “bandeira de luta contra o analfabetismo”. Assim, o combate contra o analfabetismo vai ser ampliado e, o mais importante, com fundamentação doutrinária, pois para as elites da época, seria muito mais democrático oferecer à população condições de se alfabetizar, ampliando o alcance do ensino primário para todos, pois ler, escrever e contar era o suficiente para a maioria, do que ampliar a educação secundária para apenas a minoria. Daí se entender por que a maioria das reformas da década de 1920 no Brasil privilegiou o ensino primário e praticamente mantiveram inalterado o ensino secundário, direcionado somente a uma pequena parcela da sociedade. A transformação pelo ABC passa pela questão de não só alfabetizar, mas também de formar profissionais, o que novamente responde a grande proliferação de reformas da escola primária nas diversas regiões brasileiras, onde União, estados e municípios garantiam essa ampliação de forma mais sistemática. A grande intenção era “formar”, muito mais do que instruir, pela formação técnico-profissional e, assim, criar uma mão-de-obra especializada para um País que se urbanizava e queria garantir seu lugar dentro dos padrões das civilizações mais modernas do mundo contemporâneo. (NAGLE, 1976).

A relação entre produtividade e cultura técnica passa a ser alvo das preocupações mais substanciais no campo político, pois a escolarização era o caminho para atingir a riqueza de uma Nação, principalmente a brasileira, que estava no seu início como nação dentro dos moldes modernos. A crítica do ensino livresco, acadêmico, cresce na medida, que começa a ser disseminado o ensino técnico-profissional. O exemplo mais notório é a diversificação da educação primária nas mais variadas regiões brasileiras, embora haja uma diferenciação entre a escola primária urbana e a escola primária rural, por conta do interesse pela profissionalização da mão-de-obra urbana. (NAGLE, 1976).

Quando não houve interesse em modificar o ensino secundário, na década de 1920, na verdade, havia por trás um interesse ideológico de preservação da elite, parte integrante dos quadros do ensino médio. É por isso que na década de 1920 o ensino se manteve quase inalterado, sem grandes anseios de mudanças.

Percebe-se, no período, uma mobilização da opinião pública por parte de intelectuais e associações ou agremiações operárias, até mesmo pelo setor militar, representado pela figura de Olavo Bilac, que conseguirá mobilizar e atingir a simpatia de setores civis, fortemente marcados pela Liga de Defesa Nacional e posteriormente a Liga Nacionalista Nacional.

Olavo Bilac era filho de militar e um poeta consagrado entre as elites civis.

Para Bilac: [...] a instrução primária... é muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral... um dos instrumentos da maroteira política. (HORTA, 1994, p. 08).

São ações dos “homens de boa vontade” mobilizados por uma causa nacional: acabar com o analfabetismo, responsável por todos os males. Nessa repercussão deu-se a reforma paulista em 1920, realizada por Sampaio Dória, membro influente da Liga Nacionalista de São Paulo. Esse acontecimento influenciou iniciativas de reformas da instrução pública em vários estados, inclusive no Ceará.

As intenções de mudanças nos sistemas escolares na Primeira República, no entanto, ficaram presas somente aos ideais ideológicos do período, não conseguindo se efetivar de verdade. Embora houvesse um esforço reformista, o máximo de alteração alcançada no currículo foi a laicização do ensino, com a retirada do ensino da História Sagrada ou Doutrina Cristã. Dentre todas as reformas, a que conseguiu as mais radicais alterações nos sistemas escolares foi a efetivada no Estado de São Paulo, considerada a mais eficaz na concretização do ideário republicano, na democratização do ensino e na formação cívico-patriótica da população brasileira.

Com efeito a reforma paulista deve ser considerada como o principal resultado do ideário que se estruturou no decorrer do segundo decênio deste século; ideário de republicanização

da República, de sua democratização, de elevação intelectual e moral de amplas camadas da população, de formação da consciência cívico-patriótica. (NAGLE, 1976, p. 192).

Houve uma tendência de criar nas instituições escolares atividades que estimulassem a investigação e a experimentação do aluno, respeitando o desenvolvimento mental da criança pelo trabalho em cooperação. Não se pode descartar a reestruturação das escolas e a criação de núcleos, procurando aperfeiçoar o funcionamento de todo o sistema escolar, mas os resultados não foram suficientes para uma total remodelação do ensino.

A III Conferência Nacional de Educação, em 1929, expressava a realidade do ensino secundário, pautada em temas básicos, como: “humanidades literárias versus humanidades científicas”, partindo do pressuposto de que as transformações na sociedade brasileira eram tanto de natureza econômico-social, como de aspirações técnicas. Se propõe a um mundo contemporâneo um modelo de humanidades científicas que “proporciona a formação do espírito científico”. A manutenção de ginásios-modelo e preparatórios parcelados, bem como a gratuidade partem já de uma política de disseminação do ensino secundário. Tal política se propõe a um maior acesso ao curso ginásial, colocando em

prática uma política pela democratização. (NAGLE, 1976).

A nova escola secundária, segundo Nagle (1976), se justifica bem mais por uma iniciativa privada, do que iniciativa pública. Sua universalização representa um esforço para superar o seu conceito preparatório, mas se enquadra ainda na manutenção de um *status social*. E a preocupação também latente em propagar ensino superior será uma continuação das preocupações vigentes, que vê na Universidade o espaço de qualificação. Esse esforço está representado nas revistas escolares, surgidas no período, o aumento das sociedades e ligas beneficentes e campanhas em jornais operários e liberais que cobravam ações diretas dos governos em relação à educação.

Por meio da coordenação da União, os estados puderam estabelecer leis específicas para cada realidade, na irradiação do ensino primário, tanto pelos regulamentos, como pela fiscalização das escolas, além da cobrança por parte dos jornais e revistas da época que representavam associações, civis, militares, e religiosas, pela efetiva ação de políticas para a obtenção de um grande esforço nacional, carregado de ideologias e interesses políticos.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DE LOURENÇO FILHO

[...] o primeiro sinal de alarme que nos

colocou francamente no caminho da renovação escolar, foi a reforma empreendida em 1920 por Antônio de Sampaio Dória que, chamado a dirigir a instrução pública de São Paulo, conduziu uma campanha contra velhos métodos e técnicas de ensino. Em 1924, Lourenço Filho, no Ceará, a que foi chamado para reorganizar o ensino primário [...] para a renovação escolar. (CAVALCANTE, 2000, p. 65).

Segundo Moreira de Sousa (1955), Lourenço Filho foi o grande empreendedor da Reforma de 1922, tendo como destaque a Escola Normal mas também identifica outras personagens intelectuais, contribuintes dessa reforma escolar, como Newton Craveiro. E cita:

Vale ressaltar que a Reforma Lourenço Filho não se ateve apenas ao âmbito didático, não se restringiu a refazer a estrutura interna das escolas; constitui verdadeiro movimento social, encetou uma renovação completa na mentalidade local. O grande pedagogo entrou, para isso, em contacto com elementos do clero, do jornalismo, da intelectualidade e da política. Sua personalidade transbordante

arrebanhava o interesse de todos, inclusive a adesão permanente do Presidente do Estado. Vale notar a colaboração constante de Newton Craveiro, como auxiliar valioso do reformador. (P. 165-166).

A reforma de Lourenço Filho traçou nova diretriz à organização do ensino primário e principalmente normal, substituindo o tradicionalismo da escola antiga pelos métodos modernos. E a renovação total se registrou nas atividades escolares, depois de 1922, contando com o próprio diretor da Instrução no corpo docente da Escola Normal, ministrando um curso de Psicologia Geral e Educacional às professoras e diretoras dos grupos escolares, criando, assim, um ambiente de interesse nos meios culturais de Fortaleza pelos problemas da Psicologia da criança. As atividades pedagógicas de então deram origem à formação de um grupo de estudiosos sobre o ensino (Curso de Férias), que muito contribuiu para o êxito das reformas propostas.

Os professores cearenses adquiriram conhecimentos chamados “modernos”, com a introdução ao Estudo da Escola Nova, que se tornou uma espécie de bíblia do professorado cearense. A renovação cultural permitiu que o ensino primário cearense se enquadrasse no movimento de renovação que se processava

no Brasil. (MARTINS FILHO & GIRÃO, 1966).

A vinda de Lourenço Filho para Fortaleza estava aliada a uma “vontade político-pedagógica local”. Desse modo, sua escolha pelo governo de Justiniano de Serpa já significava a circulação de idéias e anseios por uma melhoria no ensino por parte do meio educacional cearense, num período em que várias reformas, principalmente a paulista, representavam um signo de alteração no entendimento sobre políticas públicas por parte do Estado e da esfera federal por crescimento na oferta e ampliação do ensino público no País.

Seria interessante perceber os discursos e visões que se colocavam em todo o Brasil sobre a Educação do final do século XIX e início do século XX, período caracterizado pela passagem na ordem política e social brasileira, com a ascensão da República.

O período que corresponde (1889-1930) é marcado por disputas pelo poder central. No plano social, temos experiências anarquistas e a organização da população operariada. No campo político, a população brasileira ainda permanecia distante das decisões políticas, comprometendo seu acesso aos bens culturais necessários, como a Educação primária. Nesse sentido, temos a observação de Freire (1993):

Liquidado o império, a educação, como um todo, permanecia mais a nível de

discurso do que sua efetivação e sistematização (...) Estava estabelecida a (res) pública, mas o povo, a grande população brasileira, continuava fora das decisões políticas e do acesso aos bens culturais. (P. 173).

Nos estudos sobre a Educação na Primeira República, percebe-se que o sistema de instrução pública trazia estratégias de implantação de novas representações de governabilidade, identidade nacional e sociabilidade. As bases que apoiaram esse sistema eram governamentais, responsáveis pela representação do País, cujos espaços ocupados estavam sendo desestruturados e os afrontamentos de ordens morais diversas produziram uma nova distribuição das representações de tempo moderno e sociedade civilizada. Nesse cenário nacional, a preocupação dos poderes públicos era construir, pela escolarização, um lugar de transição entre o arcaico e o moderno, entre a barbárie e a civilização. Assim é necessário compreender como as reformas da instrução pública vão se constituindo dentro de uma sociedade brasileira em formação.

A escola, por meio das reformas continuadas, foi sendo redefinida para se tornar, quanto à forma, mais uma cúmplice na instauração de uma sociedade urbanizada, industrializada e moderna. No final do século XIX e início do século XX, ocorreu uma renovação do aparelho escolar,

no sentido de instituir uma escolarização da cultura ou a criação de uma espécie de utopia social. Assim, a escola pública e tornou parte da concepção de esperança da Modernidade.

Cury (2001) observa as alterações na Educação a partir da instalação do Congresso Nacional Constituinte. A Educação é situada em torno de dois pólos – o primeiro corresponde à organização e liberdade da instrução pública; e o segundo – como sua laicidade do ensino, tanto público como privado.

A educação apareceu nos debates constituintes de vários modos. Mas deve-se destacar dois pólos em torno dos quais ela circulou: a instrução pública enquanto organização e a liberdade, e laicidade do ensino enquanto distintivos da administração pública e privada, respectivamente.

Contudo, a constituinte era federal e dada a consciência da autonomia dos estados e a tradição da competência provincial com a instrução primária, este assunto ficou, em parte, como consensualmente atribuído às assembleias estaduais constituintes. (P.257).

A Diretoria-Geral da Instrução

Pública no Ceará, a partir da década de 1910, começaria a ser alvo de políticas orçamentárias mais substanciais. Aumentaram os serviços de Instrução Pública e o número de escolas e docentes. Percebemos nos relatórios da Diretoria-Geral, não só no Ceará, como no Distrito Federal e outros estados, que havia uma preocupação com as instalações específicas para os cursos, as noções de trabalho, ciências e de higiene física e também moral. Daí a grande ênfase na Escola de Aplicação, no Ceará, instalada para pôr em prática os métodos renovadores da Escola Normal. As práticas pedagógicas foram constituídas por métodos de aprendizagem, cuja validade científica se aproxima de uma prática científico-experimental. A Psicologia torna-se instrumento do sistema pedagógico, criando as possibilidades de adaptação dos novos métodos à natureza e à individualidade do educando. A Diretoria-Geral de Instrução Pública passou a preocupar-se não só com os conteúdos, mas também com os comportamentos do educando, aproximando a Pedagogia da Psicologia, buscando medir o caráter, a personalidade e a inteligência do aluno. Respondendo, assim, a uma nova concepção de ensino em termos nacionais, comprometida com uma prática pedagógica mais atuante, mais política.

As reformas da Instrução Pública no período republicano canalizaram as intenções de instauração de uma sociedade urbanizada e moderna. Seus métodos educativo-pedagógicos eram adequados à

racionalização do trabalho escolar e à formação moral do educando dentro do processo educativo. Assim, no início do século XX, a escola pública tornou-se caminho para a Modernidade.

Foi dentro de um discurso de dissolução dos conflitos gerados nas diferenças de espaço social entre as elites sociais e classes populares que se instituiu as reformas de ensino no Brasil. A década de 1920 configurou-se num cenário nacional de movimentos militares, como o tenentismo, revoltas, repressão operária, entre outros que exigiam mudanças substanciais nas práticas de governo com relação à grande população. A escola foi o caminho para os desígnios de civilidade e Modernidade na República, já que auxiliava o domínio administrativo a codificar a ordem e a norma. Ler e escrever tornaram-se atos importantes para o entendimento e apropriação dos códigos sociais, políticos ou culturais embutidos na conquista da identidade, da sensibilidade ou do caráter individual ou coletivo.

A escola passou a entrar na esfera doméstica, corrigindo-lhe as representações morais ou habituais de conduta social. Surgiram, assim, na década de 1920, círculos de pais e professores, a organização de pelotões de saúde, festas e espetáculos que aproximavam a família da escola e a instrumentalizava para o cotidiano urbano das relações pessoais. Os programas escolares precisavam se enquadrar numa linguagem disciplinada e organizada. Por

isso, as reformas dos métodos de ensino e das práticas pedagógicas possibilitavam a representação do progresso e da civilização, num país cuja maior parte da população convivía com a miséria e abstenção da participação política.

No Relatório da Diretoria da Escola Normal – documento compreendido entre 01 de maio de 1921 a 30 de abril de 1922 – temos o esclarecimento do Dr. João Hipólito de Azevedo e Sá sobre a substituição imediata do professor da cadeira de Pedagogia, José Pompeu Pinto Acioly pelo professor Lourenço Filho, justificando a urgência da substituição sem a realização de concurso público, pela maneira “ultrapassada” como vinha sendo trabalhada essa área pelo professor Pompeu Acioly. Na verdade, o que há no seu discurso, usando a palavra “ultrapassada”, é a propagação de uma idéia de Modernidade e inovação do ensino que está no pensamento daqueles à frente dos estabelecimentos do ensino e ligados à grande proposta de higienização dos corpos e das mentes por meio de uma instrução escolar que valorizasse a formação do educando para um serviço à pátria.

[...] a melhor solução para o caso seria pedir ao governo do Estado de São Paulo um dos seus professores que, entendendo criteriosamente destes assumptos (sic), aqui viesse por dois anos lecionar a matéria, o que acarretaria com toda

certeza uma remodelação por sua vez na instrução primária, formando esta uma nova feição mais adequada com os modernos processos de ensino que o culto estado do sul, há muito vem praticando vantajosamente. (OLINDA, 2005, p. 106).

A escola, na década de 1920, começa a penetrar o seio doméstico, a fim de corrigir suas condutas sociais e criar uma identidade civil, coletiva. Isso resta claro, na criação dos círculos de pais e professores, na inspetoria médico-higienista, na festa da árvore, entre outros, que montam um espaço de acolhimento da família pela escola.

Lourenço Filho escreve para o *Jornal do Comércio* (1928), partindo do discurso da Psicologia da Aprendizagem: *uma grande parte da atividade do professor é consumida em medir; medir a aprendizagem (...) para dosar o ensino.* (P.3).

A ação pedagógica de Lourenço Filho visava não aos conteúdos, mas também aos comportamentos. Assim, o discurso pedagógico se pautava num caráter normativo. Os métodos pedagógicos baseavam-se em regras de ação para os professores, sistematizando e orientando as ações. Com a Reforma Fernando de Azevedo, a pedagogia assume um papel experimental, intervencionista, de transformação da realidade, criando o método de ensino científico e técnico.

Lourenço Filho apresentou o tema Escola Nova numa conferência no Instituto Nacional de Música em 1929, onde situou a Psicologia dentro do campo educacional, redefinindo a noção de conhecimento. *O pensamento não é um dom que nasce com o homem, nem uma dádiva que as gerações novas recebem feita de precedente, é uma conquista, é uma auto-criação, é uma reconstrução.* (Jornal do Comércio, 1928, p.2).

Havia aí uma tentativa de demonstrar que a Psicologia dava ao pensamento uma origem e um valor “essencialmente sociais”, que estavam presentes na Reforma Fernando de Azevedo.

As regras de um bom regulamento da Instrução Pública em nosso Estado se estenderão à inspeção dos alunos, por meio do cargo de inspeção dos alunos, inaugurado pela Escola Normal Pedro II, pela Lei nº. 2.700, de 09 de setembro de 1929.

Isto nos reforça a tese de que a Reforma, como política pública do Governo de Justiniano de Serpa, marcou definitivamente a realidade do ensino cearense, dando novas diretrizes para a educação básica no Estado, saindo, assim, somente do discurso que foi uma ação de apenas um indivíduo desprendido de qualquer atitude política. Ao contrário, no entanto, é parte inerente de um novo direcionamento para um Estado que queria sair de uma realidade de miséria e se enquadrar numa óptica de modernidade, que deveria partir primeiramente pela Instrução Pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período dos anos 1920 e 1930 foram marcados pelas idéias econômicas, políticas e artísticas em torno de um debate, cuja base seria de cunho nacionalista e se refletiam na educação. (TAVARES, 1997).

O cenário que se configurava no Brasil, no período, era de mudança política e social. No programa político havia as disputas pelo poder central. No plano social, ocorria o desenvolvimento das organizações operárias – os sindicatos. No terreno da educação, o analfabetismo é uma preocupação constante, que precisava ser erradicado pelo Poder Público. Daí vão surgindo novas visões, na medida em que o País se transformava numa sociedade independente e capitalista.

As propostas políticas educacionais eram voltadas para uma adaptação à realidade social, estruturada pela nova fase de desenvolvimento econômico-social capitalista, com o crescimento do setor industrial e a expansão do mercado interno. O Estado precisava promover um tipo de política educacional para todas as camadas sociais, mediante um ensino público de qualidade.

No Ceará, a proposta política de reforma da instrução pública, nos anos 1920, estava ligada à própria condição de precariedade da educação, que decorria mais de fatores econômicos e da população, em si, do que propriamente de teorias

educacionais.

A política educacional do governo de Serpa tentou, pela via legal e institucional, uniformizar os métodos de ensino e trazer a escola para as condições corretas da realidade cearense.

Orientada legalmente pela Lei nº. 1.953, estabeleceu diretrizes para o ensino público até a década seguinte, como: dimensões intelectuais, físicas, morais e cívicas, expressadas nas disciplinas e programas curriculares para as escolas primárias, e o curso complementar e normal; desenvolvendo habilidades além da dimensão cognitiva. O comportamento dos alunos também era controlado pelo serviço de inspeção escolar, sendo computadas as notas de aplicação (art. 98, do Regulamento de 1922).

Nesse contexto, este artigo procurou analisar as políticas educacionais no Brasil e, em específico, no Ceará, no período que corresponde à década de 1920, considerando as perspectivas positivas desta fase e os grandes esforços vindos de intelectuais que se destacaram, como Lourenço Filho.

5. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA JUNIOR, A. *A Escola Pitoresca e Outros Estudos*. Rio de Janeiro, INEP/MEC, 1966.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramento, 3ª. Edição, 1958.

_____. e outros. *A Reconstrução Educacional no Brasil* –

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: Educação entre dois mundos. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

_____. *A Educação na Encruzilhada*. São Paulo: Melhoramentos. 2ª. Edição, 1960.

_____. *Novos caminhos e novos rumos*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. *A cultura brasileira*. 6ª Edição. Brasília: Ed. UNB, 1996.

BARREIRA, Américo. *A Escola Primária no Ceará: ensaio sócio-pedagógico*. Fortaleza: Edições Clá, 1949.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. Fortaleza: ABC, 1999.

CAMPOS, Eduardo. *Capítulos da história da Fortaleza do século XIX (o social e o urbano)*. Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “A Configuração da Historiografia Educacional Brasileira”. In: FREITAS, Marcos César de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª. Edição, São Paulo: Contexto, 2000, pp.329-354.

_____. *Molde Nacional e Forma Cívica*. Bragança Paulista. 3ª. Edição, São Paulo: EDUSF, 1998.

_____. “Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas”. In: FREITAS, Marcos César de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970. (Coleção Instituto do Ceará).

CAVALCANTE, Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da reforma educacional de 1922*. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

_____. (Org.) *História e memória da educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

_____. *Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais*. Fortaleza: Edições UFC, 2003.

CORDEIRO, Celeste. *Brinquedos da Memória: a infância em Fortaleza no início do século XX*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1996.

CUNHA, Luis Antonio. *Política Educacional no Brasil. A profissionalização do Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, s/d.

_____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. *Estado e Democracia*. São Paulo: Cortez/EDUFF, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. (Coleção Educação Universitária)

_____. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. (Coleção educação universitária).

_____. *Cidadania republicana e educação: governo provisório do Marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará: dos índios à geração cambeba*. Fortaleza: Tropical, 1997.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 –*

Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1972.

FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaios de História da República (1890-1945)*. São Paulo: CEBRAP, s/d.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: USP, 1966.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

FURTER, Pierre. *Educação e Reflexão*. Petrópolis: Vozes, 1966.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4ª Edição. Fortaleza: Ed. UFC, 1984.

_____. *Fortaleza e a crônica histórica*. Imprensa Universitária da UFC, 1984.

_____. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: BNB, 1985.

_____. *Evolução Histórica Cearense*. Editora Banco do Nordeste, 1996.

GOMES, Candido Alberto. *A Nova LDB: uma lei de esperança*. Brasília: Universa, 1998.

HORTA, José Silvério Baía. *O sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

IANNI, Octávio. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, 1964.

IPLANCE – Instituto de Planejamento do Estado do Ceará. Fortaleza: IPLANCE, 2000.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume, 2003.

LEMOS, Marcel Alves. *O Brasil como sala de aula: ensino e propaganda de 1930 a 1945*. UECE: Tese de Dissertação de Mestrado, s/d.

LOMBARDI, M^a Isabel Moura (Orgs.). *A Escola Pública no Brasil: História e*

Historiografia. São Paulo: Campinas. Autores Associados: Histedbr, 2005. (Coleção Memória da Educação).

MARTINS FILHO, Antônio. *O outro lado da história*. Fortaleza: Ed. UFC, 1983.

_____. *UFC & BNB: educação para o desenvolvimento*. Fortaleza: Ed. UFC/Casa José de Alencar, 1990.

MARTINS FILHO & GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; VIEIRA, Sofia Lerche. *Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MOTA, Aroldo. *A História Política do Ceará (1889-1930)*. Fortaleza: ABC, 1999. 2ª Edição.

MOTA, Elias de Oliveira. *Direito Educacional e Educação no Século XXI*. Editora: Unesco.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976. Reimpressão.

NOGUEIRA, Raimundo Frota. *A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

OLINDA, Maria Ercília Braga de. *Formação Integral do Educando no Tempo da Escola Normal*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 5ª Edição. São Paulo: Loyola, 1987.

PEREIRA e SILVA, M^a Goretti Lopes. *A Escola Normal do Ceará: luzes e modernidade contra o atraso na Terra da Seca (1884-1922)*. Fortaleza: UFC, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PIAGET, Jean. *Para Onde Vai a Educação?* Rio de Janeiro: José Olympo, 1973.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 2ª. Edição. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense. 3ª. Reimpressão, 1999.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Ed. Vozes. 5ª. Edição, 1984.

SABÓIA, Boanerges. *O Liceu que conheci*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1923.

SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira – Estrutura e Sistema*. São Paulo: Saraiva, 1975.

_____. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. e outros. *História e história da educação*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, Hélio. *As Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1985.

SOBRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SOUSA, Moreira de. *Estudo sobre o Ceará. MEC – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos*. Fortaleza: CILEME, 1955. Publicação Nº. 08.

SOUZA, Simone de. *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

TAVARES, Silene Barrocos. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – Análise e Crítica*. PUC-RJ, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o Mundo Moderno*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

_____. *Pequena introdução à filosofia da educação*. Cia Ed. Nacional, 1975.

VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *Política Educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Plano Editora, 2003.

_____. *História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VILA LOBOS, João Eduardo. *Diretrizes da educação: ensino e liberdade*. São Paulo: Pioneira, 1969.